



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

16/06/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	3 - 5
2.2. DESEMBARGADORES.....	6
2.3. EVENTOS.....	7
2.4. POSSE.....	8 - 9
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. DECISÕES.....	10 - 11
3.2. DESEMBARGADORES.....	12
3.3. POSSE.....	13
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	14 - 16
4.2. DESEMBARGADORES.....	17 - 18
4.3. POSSE.....	19 - 20
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	21 - 24
5.2. POSSE.....	25 - 26
5.3. SEM ASSUNTO.....	27

Justiça interdita penitenciária de Pedrinhas por tempo indeterminado



O juiz Jamil Aguiar da Silva, titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, decidiu manter a interdição total da Penitenciária de Pedrinhas (foto), desta vez, por tempo indeterminado. A medida foi comunicada pelo magistrado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. "Foram dados sucessivos prazos, todos esgotados, e não foi cumprido o regular funcionamento a prisão", declarou Aguiar ao entregar a portaria de interdição (Nº 37/2012) ao presidente do TJMA. **PÁGINA 3**

Justiça interdita penitenciária de Pedrinhas por tempo indeterminado

O juiz Jamil Aguiar da Silva, titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, decidiu manter a interdição total da Penitenciária de Pedrinhas, desta vez, por tempo indeterminado. A medida foi comunicada pelo magistrado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. "Foram dados sucessivos prazos, todos esgotados, e não foi cumprido o regular funcionamento a prisão", declarou Aguiar ao entregar a portaria de interdição (Nº 37/2012) ao presidente do TJMA.

A decisão foi tomada após inspeção realizada quarta-feira (13), quando foi constatado que os serviços e obras de restauração física e sanitária dessa unidade penal - que deveria ser realizados por determinação judicial até maio deste ano - foram feitos apenas no setor de saúde e em 19 celas. Estão pendentes a recuperação de duas salas coletivas e de três de cinco pavilhões. Em dois deles as obras estão em andamento.

A medida implica na proibição do ingresso de presos, e, temporariamente, da visitação de terceiros - exceto parentes. A interdição vai permanecer até que a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária adote as providências necessárias para restauração de pavilhões e telas dessa unidade penal, com

remoção de entulhos e lixo.

De acordo com a portaria, será realizada inspeção extraordinária mensal na penitenciária durante 90 dias, para acompanhamento e avaliação dos serviços e obras que serão executados. Foi fixado ainda o prazo de cinco dias para que a SEJAP e a empresa VRM prestarem informações sobre o cronograma de serviços, obras e prazos, para restauração total da penitenciária.

O juiz solicita à Corregedoria Geral da Justiça que recomende a criação de mecanismos em suas comarcas que possibilite o retorno dos presos do regime fechado após a progressão da pena ao regime semiaberto, bem como evitar o envio de novos presos do semiaberto para cumprimento de pena na capital.

ANTECEDENTES - Aguiar explicou que no ano passado a penitenciária foi interdita parcialmente e foi fixado o prazo de 90 dias para sua restauração. Após nova inspeção foi constatado o não cumprimento da medida e determinada a interdição total da unidade, até o dia 25 de dezembro de 2011.

Após nova inspeção realizada em janeiro deste ano, foi constatado que as obras ainda estavam em andamento, mas que seriam concluídas até maio o, quando o prazo da interdição foi prorrogado por mais 120 dias, já decorridos.

Pedrinhas continuará interditada, decide juiz

Polícia 8

Juiz mantém Pedrinhas interdita

Decisão do juiz Jamil Aguiar, da 1ª Vara de Execuções Penais, é por tempo indeterminado; medida implica na proibição do ingresso de novos detentos até que a Sejap adote providências para a recuperação de pavilhões e remoção de entulhos

O juiz Jamil Aguiar da Silva, titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, decidiu manter a interdição total da Penitenciária de Pedrinhas, desta vez por tempo indeterminado. A medida foi comunicada pelo magistrado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Jr.. "Foram dados sucessivos prazos, todos esgotados, e não cumprido o regular funcionamento da prisão", declarou Aguiar ao entregar a portaria de interdição ao presidente do TJMA.

A decisão foi tomada após inspeção realizada quarta-feira, 13, quando foi constatado que os serviços e obras de restauração física e sanitária dessa unidade penal - que deveriam ser realizados por determinação judicial até maio deste ano - foram feitos apenas no setor de saúde e em 19 celas. Estão pendentes a recuperação de

duas salas coletivas e de três de cinco pavilhões. Em dois deles as obras estão em andamento.

A medida implica na proibição do ingresso de presos e, temporariamente, da visitação de terceiros - exceto parentes. A interdição vai permanecer até que a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária adote as providências necessárias para restauração de pavilhões e telas dessa unidade penal, com remoção de entulhos e lixo.

De acordo com a portaria, será realizada inspeção extraordinária mensal na penitenciária durante 90 dias, para acompanhamento e avaliação dos serviços e obras que serão executados. Foi fixado ainda o prazo de cinco dias para que a Sejap e a empresa VRM prestem informações sobre o cronograma de serviços, obras e prazos, para restauração total do presídio.



De Jesus

Penitenciária de Pedrinhas sem condições de receber novos presos

O juiz solicita à Corregedoria Geral da Justiça que recomende a criação de mecanismos em suas comarcas que possibilite o retorno dos presos do regime fe-

chado após a progressão da pena ao regime semiaberto, bem como evitar o envio de novos presos do semiaberto para cumprimento de pena na capital.

Sejap inaugura presídio na cidade de Davinópolis

A Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis (UPRD) foi inaugurada ontem. A unidade, que antes da reforma tinha capacidade para apenas 40 presos, hoje pode acomodar 106 internos. Com 12 celas - sendo duas para encontro íntimo - o estabelecimento penal tem 10 compartimentos. "Aqui é uma unidade muito bem organizada. Temos área em que funcionará o setor jurídico, o de saúde e outros que a Lei de Execução Penal (LEP) exige que tenha em uma unidade prisional", comentou a diretora Cleonice de Sousa Ferreira.

Refeitório, sala de revista, alojamento dos agentes penitenciários, salas em que funcionam o setor ad-

ministrativo e outros são alguns dos 10 compartimentos que fazem parte da Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis.

Da inauguração, participaram, além do o secretário de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap), Sérgio Tamer, o deputado Federal Francisco Escórcio, prefeitos, policiais civis e militares, juízes e defensores públicos.

Durante a cerimônia, o secretário informou que a inauguração do estabelecimento penal vai abrir mais vagas no sistema carcerário maranhense. "Outras unidades serão inauguradas e até o fim deste ano teremos mil vagas abertas no sistema", afirmou Tamer.

Desembargador I

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) abriu ontem prazo de cinco dias consecutivos para inscrição de juízes para a vaga de desembargador pelo critério de merecimento.

Só podem se inscrever juízes com mais de dois anos de exercício na entrância final (São Luís) e que integrem a primeira quinta parte da lista de antiguidade.

Atualmente, a primeira quinta parte da lista de antiguidade contempla 19 magistrados.

Desembargador II

Terminado o prazo de inscrição, os nomes dos candidatos à vaga de desembargador serão submetidos a votação em plenário.

Inicialmente, serão escolhidos os três mais votados. Da lista triplíce sairá o nome do novo desembargador do Tribunal.

Até o início da tarde de ontem, a Secretaria da Diretoria Geral do TJMA havia confirmado a inscrição dos juízes José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família) e Marcelino Chaves Everton (2ª Vara da Família).



Palestra de encerramento do 1º Seminário Maranhense de Direito no Trânsito, realizado em São Luís

Encerrado o 1º Seminário de Direito no Trânsito

Evento reuniu representantes da área para debater e propor soluções

O 1º Seminário Maranhense de Direito no Trânsito foi encerrado ontem com um balanço positivo, segundo o coordenador do evento, o juiz titular do Juizado Especial do Trânsito de São Luís (JET), José Eulálio Figueiredo de Almeida. A aplicação das leis do Código Brasileiro de Trânsito nas vias da capital e questões relacionadas aos acidentes que ocorrem em São Luís foram os assuntos debatidos no encerramento do evento, que teve o apoio do Tribunal de Justiça do Maranhão e da Escola Superior da Magistratura (Esmam). Desde quarta-feira, condutores, magistrados e representantes de instituições públicas e privadas discutiram assuntos relacionados ao trânsito da capital no Ho-

tel Luzeiros.

O juiz José Eulálio Figueiredo destacou no último dia do evento a participação das autoridades responsáveis pelo trânsito. O magistrado disse que o seminário foi um marco para que as instituições comecem a enfrentar de forma conjunta a situação caótica em que se encontra o trânsito na cidade. "Queremos formar uma força-tarefa para minimizar as ocorrências diárias de acidentes. Trabalharemos para conscientizar a população, mostrando que é preciso ter responsabilidade e maturidade para dirigir um veículo", explicou.

Com a participação de autoridades e agentes de trânsito, o seminário sobre segurança no trânsito também funcionou como um curso de reciclagem. "A escola de magistratura não vem servir apenas os membros e associados. O nosso dever é, principalmente, encontrar soluções que beneficiem os cidadãos", afirmou o magistrado.

Segundo o juiz José Eulálio Figueiredo, o seminário apresentou balanço positivo por causa das discussões realizadas após as palestras. Com o sucesso do evento, a intenção é dar continuidade ao seminário no próximo ano. Em 2013, o evento deve ser ampliado para que um público maior possa participar. No último dia da programação do evento, as palestras foram ministradas pelo secretário municipal de trânsito de Curitiba, Marcelo Araújo, e pelo promotor de Justiça do Paraná, Fábio André Guaragni.

Durante o tempo que esteve em São Luís, Marcelo Araújo, secretário municipal de Trânsito de Curitiba, observou a prática dos condutores de infringir a lei quando não há fiscalização. "À noite, as pessoas daqui passam no sinal vermelho e colocam os pedestres em risco porque acreditam que a falta de fiscalização eletrônica ou do agente de trânsito implica em uma permissão para cometer as infrações", avaliou Marcelo Araújo.

Empossada procuradora-geral de Justiça

Cerimônia de posse de Regina Rocha foi realizada pelo Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão

A nova procuradora-geral de Justiça do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, foi empossada quinta-feira, em sessão solene do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão (MPMA). Ela vai comandar a instituição no biênio 2012-2014. A cerimônia foi realizada no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís, e contou autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros e servidores do MPMA.

A transferência do cargo foi acompanhada ainda por autoridades militares, sociedade organizada, representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ). Após a assinatura do termo de posse e exercício, Regina Rocha passou a presidir a solenidade no lugar da procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro.

Na cerimônia, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, destacou a trajetória de trabalho e comprometimento da nova procuradora-geral de Justiça com o MPMA. "O momento exige uma atuação direcionada aos resultados para que a atividade ministerial seja reconhecida pelo trabalho junto à população maranhense", declarou.

Saudação - A procuradora de Justiça Maria Luíza Ribeiro Martins saudou a empossada em nome do Colégio de Procuradores. Em seu discurso, enfatizou

o perfil de serenidade e experiência de Regina Rocha ao longo da carreira. "Nestes tempos turbulentos, de injustiças e grandes percalços, a experiência, a maturidade, o equilíbrio, o comedimento e, sobretudo, a serenidade, constituem atributos sem os quais não se governa bem, não se decide com acerto, não se atende às expectativas dos destinatários de nossos deveres que é a sociedade maranhense", afirmou.

Ela destacou ainda a necessidade de resgatar a harmonia institucional. "Queremos um MP corajoso, ativo, livre e independente. Porém, sereno e equilibrado, capaz de tomar as providências que a constituição e as leis puserem em suas mãos", disse.

A opinião foi compartilhada pelo conselheiro do CNMP, Fabiano Augusto Martins Silveira, que lembrou a necessidade de um trabalho compartilhado entre os promotores e procuradores de Justiça de todo o Brasil. "Em nome de todos os membros do Conselho Nacional, a instituição se coloca de portas abertas e à disposição para contribuir com o Ministério Público maranhense", afirmou.

Na avaliação do procurador-geral de Justiça de Alagoas e vice-presidente do CNPJ para a Região Nordeste, Eduardo Tavares Mendes, o Brasil vivencia uma nova realidade, com desafios para a sociedade e para o Ministério Público. "O momento inspira cuidados. Maus gestores e políticos não aceitam a fiscalização do MP e a atuação deve ser firme em defesa da sociedade".

Para o secretário de Estado de Assuntos Políticos, Hildo Rocha, que representou a governadora Roseana Sarney no evento, o Ministério Público do Maranhão não é o maior do Brasil, mas um dos mais atuantes. Segundo ele, promover a Justiça é uma responsabilidade primordial para garantir os direitos da população. "A liderança de Regina Rocha vai contribuir para o avanço de um Ministério Público atuante, comunitário, ágil e unido", disse.

Compromissos - Regina Rocha declarou que assume o cargo de procuradora-geral de Justiça com o mesmo ânimo de luta e a mesma disposição que marcaram o início da carreira dela ao tomar posse como promotora de Justiça de Alcântara, em 1980. "Desde aquele primeiro momento, minha atuação sempre foi marcada pelo ímpeto de servir à sociedade e colaborar para uma melhor administração da Justiça, jamais desistindo dos desafios, apesar das inúmeras dificuldades", ressaltou.

A procuradora-geral enfatizou a mudança no perfil ministerial ao longo de sua carreira no MPMA. "Percebi que sem um apoio da administração superior qualquer trabalho, por mais bem intencionado que seja tem suas chances de sucesso reduzidas. Constatei que o Ministério Público não pode permanecer como mero espectador da cena política do país, devendo interagir com outros profissionais do campo técnico-científico, aprimorando seu posicionamento - os mais variados temas e angariando conhecimentos para promover o acompanhamento das alterações legislati-

vas para os direitos por nós tutelados", declarou.

Ao falar das atribuições constitucionais, Regina Rocha afirmou que a instituição ministerial precisa aprimorar a administração para todos os membros, focando-se no interesse coletivo. "Todos nós, procuradores, promotores de Justiça e servidores compomos um único Ministério Público, uno e indivisível, de modo que a ação de um membro reflete no conjunto, positiva e negativamente", ponderou.

Nesse contexto, ela destacou a mudança, em sua administração, no perfil administrativo. "Em minha gestão, visio reforçar a autoestima dos colegas e servidores e fortalecer o papel do Ministério Público como articulador, estrategista, mobilizador da população e de entidades que, como nós, tutelam interesses semelhantes", declarou Regina Rocha.



De Jesus

Regina Rocha presta juramento durante a cerimônia de posse do cargo de procuradora-geral de Justiça

Pedrinhas é interditada por tempo indeterminado

O juiz Jamil Aguiar da Silva, titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, decidiu manter a interdição total da Penitenciária de Pedrinhas, desta vez, por tempo indeterminado. A medida foi comunicada pelo magistrado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior.



PAG. 11

Pedrinhas é interditada por tempo indeterminado

A decisão foi tomada após inspeção realizada quarta-feira (13), quando foi constatado que os serviços e obras só foram feitos em alguns setores



A medida implica na proibição do ingresso de presos

O juiz Jamil Aguiar da Silva, titular da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, decidiu manter a interdição total da Penitenciária de Pedrinhas, desta vez, por tempo indeterminado. A medida foi comunicada pelo magistrado ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior. "Foram dados sucessivos prazos, todos esgotados, e não foi cum-

prido o regular funcionamento a prisão", declarou Aguiar ao entregar a portaria de interdição (Nº 37/2012) ao presidente do TJMA.

A decisão foi tomada após inspeção realizada quarta-feira (13), quando foi constatado que os serviços e obras de restauração física e sanitária dessa unidade penal - que deveria ser realizados por determinação

judicial até maio deste ano - foram feitos apenas no setor de saúde e em 19 celas. Estão pendentes a recuperação de duas salas coletivas e de três de cinco pavilhões. Em dois deles as obras estão em andamento.

A medida implica na proibição do ingresso de presos, e, temporariamente, da visitação de terceiros - exceto parentes. A interdição vai permanecer até que a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária adote as providências necessárias para restauração de pavilhões e telas dessa unidade penal, com remoção de entulhos e lixo.

De acordo com a portaria, será realizada inspeção extraordinária mensal na penitenciária durante 90 dias, para acompanhamento e avaliação dos serviços e obras que serão executados. Foi fixado ainda o prazo de cinco dias para que a SEJAP e a empresa VRM prestarem informações sobre o cronograma de serviços, obras e

prazos, para restauração total da penitenciária.

O juiz solicita à Corregedoria Geral da Justiça que recomende a criação de mecanismos em suas comarcas que possibilite o retorno dos presos do regime fechado após a progressão da pena ao regime semiaberto, bem como evitar o envio de novos presos do semiaberto para cumprimento de pena na capital.

Antecedentes - Aguiar explicou que no ano passado a penitenciária foi interditada parcialmente e foi fixado o prazo de 90 dias para sua restauração. Após nova inspeção foi constatado o não cumprimento da medida e determinada a interdição total da unidade, até o dia 25 de dezembro de 2011.

Após nova inspeção realizada em janeiro deste ano, foi constatado que as obras ainda estavam em andamento, mas que seriam concluídas até maio o, quando o prazo da interdição foi prorrogado por mais 120 dias, já decorridos.

TJMA abre inscrição para vaga de desembargador I

TJMA abre inscrição para vaga de desembargador I

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) abriu nesta sexta-feira (15) prazo de cinco dias consecutivos de inscrição para acesso de juízes ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento. O prazo se encerra na próxima terça-feira (19). Os interessados em se inscrever para a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim deverão ser juízes com mais de dois anos de exercício na entrância final (São Luís) e que integrem a primeira quinta parte da lista de antiguidade, exceto quando não há juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago. Atualmente, a primeira quinta parte da lista de antiguidade contempla 19 juízes. Terminado o prazo de inscrição, os nomes dos candidatos à vaga de desembargador serão submetidos a votação em plenário. Inicialmente, serão escolhidos os três mais votados. Da lista triplíce sairá o nome do novo desembargador do Tribunal.

TJMA abre inscrição para vaga de desembargador II

O Regimento Interno do TJMA estabelece que a investidura no cargo de desembargador, quando destinada a vagas para magistrados, é feita por acesso de juízes de direito de entrância final, segundo critérios alternados de antiguidade e merecimento.

Para acesso ao Tribunal, pelo critério de merecimento, as indicações serão realizadas em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada. O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo de desembargador.

REGINA ROCHA

É empossada procuradora-geral de Justiça do Maranhão



A nova procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, foi empossada na noite desta quinta-feira, 14, em sessão solene do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão. Ela vai comandar a instituição no biênio 2012-2014. A cerimônia foi realizada no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís, e contou com a presença de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros e servidores do MPMA.

A transferência do cargo foi acompanhada, ainda, por autoridades militares, sociedade organizada, representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJG).

Após a assinatura do termo de posse e exercício, Regina Rocha passou a presidir a solenidade no lugar da procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro.

Na cerimônia, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, destacou a trajetória de trabalho e comprometimento da nova procuradora-geral de Justiça com o MPMA. "O momento exige uma atuação direcionada aos resultados para que a atividade ministerial seja reconhecida pelo trabalho junto à população maranhense".

A procuradora de Justiça Maria Luiza Ribeiro Martins saudou a empossada em nome do Colégio de Procuradores. Em seu discurso, enfatizou o perfil de sere-

nidade e experiência de Regina Rocha ao longo da carreira. "Nestes tempos turbulentos, de injustiças e grandes percalços, a experiência, a maturidade, o equilíbrio, o comedimento e, sobretudo, a serenidade, constituem atributos sem os quais não se governa bem, não se decide com acerto, não se atende às expectativas dos destinatários de nossos deveres que é a sociedade maranhense", afirmou.

Ela destacou, ainda, a necessidade de resgatar a harmonia institucional. "Queremos um MP corajoso, altivo, livre e independente. Porém, sereno e equilibrado, capaz de tomar as providências que a constituição e as leis puserem em suas mãos".

A opinião foi compartilhada pelo conselheiro do CNMP, Fabiano Augusto Martins Silveira, que lembrou a necessidade de um trabalho compartilhado entre os promotores e procuradores de Justiça de todo o Brasil. "Em nome de todos os membros do Conselho Nacional, a instituição se coloca de portas abertas e à disposição para contribuir com o Ministério Público maranhense".

Na avaliação do procurador-geral de Justiça de Alagoas e vice-presidente do CNPJG para a Região Nordeste, Eduardo Tavares Mendes, o Brasil vivencia uma nova realidade, com desafios para a sociedade e para o Mi-

nistério Público. "O momento inspira cuidados. Maus gestores e políticos não aceitam a fiscalização do MP e a atuação deve ser firme em defesa da sociedade".

Para o secretário de estado de assuntos políticos, Hildo Rocha, que representou a governadora Roseana Sarney no evento, o Ministério Público do Maranhão não é o maior do Brasil, mas um dos mais atuantes. Segundo ele, promover a Justiça é uma responsabilidade primordial para garantir os direitos da população. "A liderança de Regina Rocha vai contribuir para o avanço de um Ministério Público atuante, comunitário, ágil e unido".

COMPROMISSOS

Regina Rocha declarou que assume o cargo de procuradora-geral de Justiça com o mesmo ânimo de luta e a mesma disposição que marcaram o início da carreira dela ao tomar posse como promotora de Justiça de Alcântara, em 1980. "Desde aquele primeiro momento, minha atuação sempre foi marcada pelo ímpeto de servir à sociedade e colaborar para uma melhor administração da Justiça, jamais desistindo dos desafios, apesar das inúmeras dificuldades".

A procuradora-geral de Justiça enfatizou a mudança no perfil ministerial ao longo de sua carreira no MPMA.

CASO DÉCIO SÁ

Em busca do habeas corpus

Defesa quer entrar com pedido de habeas corpus para Gláucio e Júnior Bolinha. Em depoimento, Gláucio confirmou que emprestava dinheiro a prefeituras

SANDRA VIANA

A equipe de advogados que defende Gláucio Alencar e José Raimundo Sales, o "Júnior Bolinha", entrará com pedido no Tribunal de Justiça para que seja dado acesso total e irrestrito ao processo policial do Caso Décio Sá. Os advogados aguardarão até segunda-feira, 18, pela liberação dos autos pela polícia e, caso não ocorra, levarão ao tribunal pedido de acesso ao inquérito. Segundo eles, a polícia tem dificultado o trabalho da defesa. "Ainda não entramos com pedido de habeas corpus por não termos conhecimento do conteúdo do inquérito. O que sabemos até o momento é que a polícia incriminou nossos clientes a partir do depoimento de uma única pessoa, que pode perfeitamente mudar todo o relato", disse o advogado Armando Serejo, que participa da defesa da dupla junto com o irmão, Benevenuto Serejo.

Após análise do conteúdo do inquérito, os advogados darão início à construção da tese de defesa para pedido de habeas corpus dos dois clientes. "Teremos que aguardar o processo policial para podermos nos posicionar. Não foi feito pedido de habeas corpus por falta de conteúdo fático probatório para construir a defesa do pedido e juntar ao processo", explicou Serejo.

Questionado sobre a estratégia da defesa para dissociar Gláucio do crime, uma vez que a polícia afirma ter provas do envolvimento dele como quem teria encomendado o assassinato, Serejo diz ser "premature emitir conclusões neste momento". Segundo ele, sem acesso a todos os depoimentos, não há como construir a defesa e desfazer as acusações.

O advogado acusa os delegados de agirem contrários à lei quando não tornam acessíveis os materiais

probatórios que possuem para fundamentar as acusações. "Tal cerceamento dificulta nosso trabalho de construção da tese defensiva", reitera. O advogado insiste que não há como construir provas factíveis contra seus clientes a partir do depoimento de uma única pessoa, que bem poderia alegar ter sido coagida ou negar tudo o que revelou até agora e até dizer que nem conhece as pessoas por ele citadas. Para Serejo, a tese policial foi construída de maneira equivocada.

No entanto, não soube explicar como Jhonatan de Sousa, acusado de executar Décio, apontou Gláucio como quem teria encomendado o crime e conseguido a quantia de R\$ 100 mil, valor cobrado pela execução do jornalista.

Quanto ao patrimônio de Gláucio, que segundo suspeita da polícia, é fruto da prática de agiotagem, o advogado nega e diz que todos os

bens são resultados de sua atuação como empresário. Segundo o advogado, Gláucio atuaria a mais de 10 anos no ramo de construção civil e no fornecimento de merenda escolar a diversas prefeituras.

Ele atribui a essa atividade a linha de investigação da polícia que liga o cliente à agiotagem. "Gláucio trabalha com prefeituras no fornecimento de alimentação. Nada tem a ver com a prática ilegal da qual acusa a polícia", afirma o advogado.

Gláucio confirma negócios com prefeituras

Durante depoimento na manhã de ontem, desta vez, oficialmente, Gláucio confirmou que emprestava dinheiro a prefeituras e, com estas, mantinha negócios, mas negou qualquer envolvimento com o crime de assassinato do jornalista. O depoimento foi prestado ao delegado Jeffrey Furtado, da Delegacia de Homicídios, que ouvirá oficialmente nos próximos dias José de Alencar (pai de Gláucio) e "Junior Bolinha". A partir destes depoimentos, a polícia vai traçar a linha de reconstituição do crime, prevista para a próxima semana.

Jonathan Sousa Silva, acusado de executar o jornalista, foi o primeiro suspeito ouvido oficialmente pela polícia. Ele apontou Gláucio como a pessoa que teria conseguido a quantia de R\$ 100 mil pela execução da vítima. Mais três envolvidos estão sendo procurados e com mandado de prisão temporária já decretada pela Justiça. A polícia procura pelo motociclista parceiro do executor, que estaria no Pará; um outro participante identificado apenas como "Neguinho"; e um terceiro homem, cuja identidade não foi revelada. Estes dois últimos estariam em São Luís, segundo a polícia.

Requerimento oficial

Os autos do processo não foram, em momento algum, negados às equipes de advogados dos presos. O material está disponível para a defesa das partes, afirmou o superintendente de Polícia Civil da Capital (SPCC), delegado Sebastião Uchôa. Para tanto, conforme rege a lei, basta que os advogados façam requerimento ofi-

cial do material, explica o delegado. O superintendente esclarece que há peças do processo que permanecem em segredo de Justiça, mas que pode ser feita solicitação dos documentos, assim que for concluído o inquérito. "Os advogados precisam se habilitar por meio de procuração dos seus clientes autorizando-os a ter acesso aos autos", disse Uchôa. E enfatizou: "O inquérito ainda não foi concluído e parte dele está sob segredo de Justiça".

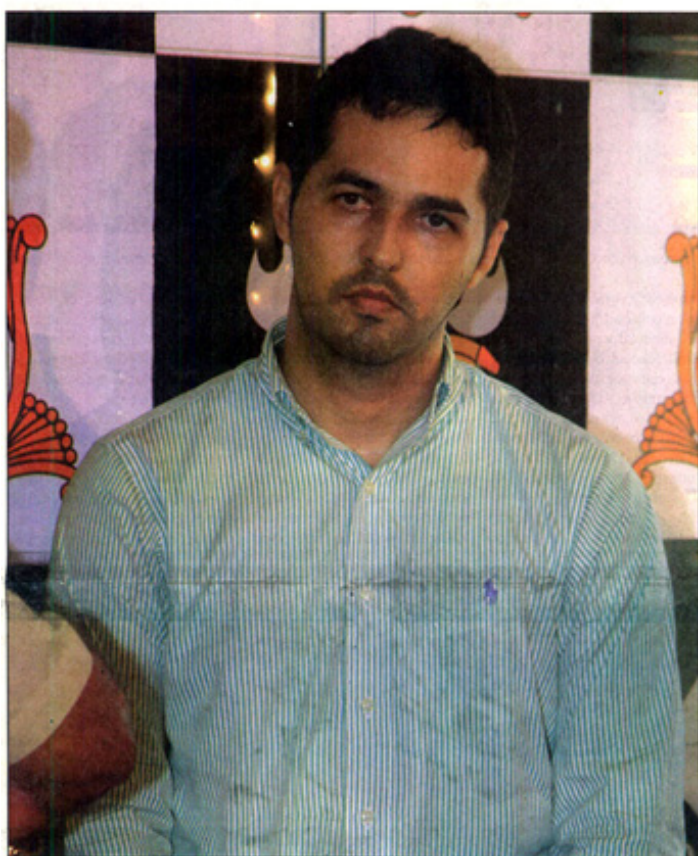
Uchôa reiterou ainda que a polícia conta com a compreensão e sensibilidade da Justiça. Segundo ele, não há chances de concessão

de habeas corpus aos detidos considerando "as provas robustas e incontestáveis enviadas à Justiça pela polícia". O delegado diz que pode ser pedida a prorrogação da prisão temporária ou a conversão em preventiva. De outra forma, explica ele, os acusados podem continuar detidos por outros crimes, que podem ser imputados a eles a partir das provas coletadas. Na lista, constam homicídio, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro, corrupção, agiotagem e crimes contra a ordem financeira, administrativa, economia popular, administração pública e tributária.



GIL SON TEIXEIRA/IMPRESSO

Segundo superintendente Uchôa, não há chances de concessão de habeas corpus



Investigação sob sigilo

A Delegacia Geral determinou ontem o sigilo das investigações sobre o assassinato do jornalista Décio Sá. A medida foi tomada para as investigações terem maiores e melhores resultados. A polícia informou ainda que, a partir de agora, investigará se há outras pessoas envolvidas no crime e também sobre os esquemas de agiotagem no interior.

Em depoimento, Gláucio confirmou que emprestava dinheiro a prefeituras, mas negou participação no assassinato de Décio



Gláucio trabalha com prefeituras no fornecimento de alimentação. Nada tem a ver com a prática ilegal da qual acusa a polícia

Armando Serejo,
advogado

100

mil reais foi o valor cobrado pela morte de Décio Sá

■ JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ABRE VAGA PARA CARGO
DE DESEMBARGADOR

Os interessados em preencher a vaga aberta pelo desembargador Raimundo Freire Cutrim, que se aposentou recentemente, devem ser juízes com mais de dois anos de exercício na entrância final e integrarem a primeira quinta parte da lista de antiguidade, exceto quando não há juiz com os requisitos exigidos que aceite o cargo vago.

POLÍTICA 3

JUDICIÁRIO

Cargo cobiçado

TJ abre vagas para inscrições de interessados em vaga aberta por aposentadoria de desembargador

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) abriu ontem prazo de cinco dias consecutivos de inscrição para acesso de juízes ao cargo de desembargador, pelo critério de merecimento. O prazo se encerra na próxima terça-feira (19).

Os interessados em se inscrever para a vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim deverão ser juízes com mais de dois anos de exercício na entrância final (São Luís) e que integrem a primeira quinta parte da lista de antiguidade, exceto quando não há juiz com tais requisitos que aceite o cargo vago.

Atualmente, a primeira quinta parte da lista de antiguidade contempla 19 juízes. Terminado o prazo de inscrição, os nomes dos candidatos à vaga de desembargador serão submetidos a votação em plenário. Inicialmente, serão escolhidos os três mais votados. Da lista tríplice sairá o nome do novo desembargador do Tribunal.

Segundo o edital, a inscrição deve ser feita por meio do sistema Digidoc, cadastrada como "requisição" (assunto: acesso/promoção de magistrado), até as 18h do dia 19. Até o início da tarde desta sexta-feira, a Secretaria da Diretoria Geral do TJMA havia confirmado a inscrição dos juízes José de Ribamar Castro (1ª Vara da Família) e Marcelino Chaves Everton (2ª Vara da Família).



A vaga aberta pelo Tribunal de Justiça é para o lugar do desembargador Raimundo Cutrim, recém-aposentado

Novo juiz

Na última quinta-feira (14), o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior, deu posse ao juiz Carlos Eduardo Coelho de Sousa, promovido a titular da comarca de Santo Antônio dos Lopes (entrância inicial).

O Regimento Interno do TJMA estabelece que a investidura no cargo de desembargador, quando destinada a vagas para magistrados, é feita por acesso de juízes de direito de entrância final, segundo critérios alternados de antiguidade e merecimento.

Para acesso ao Tribunal, pelo

critério de merecimento, as indicações serão realizadas em sessão pública, com votação nominal, aberta e fundamentada. O juiz de entrância final que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento será automaticamente nomeado para o cargo de desembargador.

■ MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradora empossa assessores

Na manhã de ontem, a procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, deu posse aos membros de sua equipe administrativa. O procurador de Justiça Su-vamy Vivekananda Meireles será o novo subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. Já a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos terá como titular a procuradora de Justiça Rita de Cássia Maia Baptista Moreira.

A Assessoria Jurídica da PGJ terá como chefe o promotor de Justiça Laert Pinho de Ribamar. Também farão parte da equipe os promotores Doracy Moreira Reis Santos, Marcos Valentim Pinheiro Paixão, Alineide Martins Rabelo Costa, Adélia Maria Sousa Rodrigues, Jerusa Capistrano Pinto Bandeira, Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares, Fátima Maria Sousa Arôso Mendes e Gladston Fernandes de Araújo. Também foi empossado como assessor especial, com atuação junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco),

o promotor de Justiça Agamenon Batista de Almeida Junior.

A procuradora de Justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho foi nomeada diretora da Escola Superior do Ministério Público. Já a Secretaria para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça terá como diretora a promotora de Justiça Fabíola Fernandes Faheína Ferreira. A promotora Sirlei Castro Aires Rodrigues assumiu o cargo de chefe de gabinete da procuradora-geral de Justiça.

O novo diretor-geral da Procuradoria Geral de Justiça será o promotor de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho. A Secretaria Administrativo-Financeira terá como titular o servidor Abelardo Teixeira Baluz e para chefiar a Coordenadoria de Comunicação foi nomeado o servidor Rodrigo Caldas Freitas.

9

É o total de promotores que devem integrar a assessoria jurídica da Procuradoria Geral de Justiça



No dia seguinte após assumir o cargo, Regina Rocha deu posse à equipe de apoio

Discurso

Dizem que foi de propósito: a ex - procuradora - geral de Justiça Fátima Travassos consumiu mais de uma hora para fazer o seu pronunciamento de despedida, na solenidade de posse de Regina Lúcia Rocha Almeida, quinta - feira, no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana. Além de ter dispersado boa parte dos convidados que não poderiam varar a madrugada na solenidade, o espichado discurso de Fátima Travassos, à moda Fidel Castro e Hugo Chavez, fez com que parte da cerimônia fosse cancelada, como, por exemplo, a apresentação do Coral São João.

'CASO DÉCIO'

AGORA SÃO TRÊS OS HOMENS PROCURADOS PELA POLÍCIA

Polícia Civil vai fazer a reconstituição do assassinato do jornalista e blogueiro

ALESSANDRO SILVA



O diretor do Icrim-MA, Carlos Henrique Roxo de Abreu, apresenta o laudo pericial sobre a morte de Décio Sá

Na quarta-feira (13), durante a apresentação à imprensa dos suspeitos de matar e mandar executar o jornalista Décio Sá, a polícia do Maranhão informou que apenas um de oito mandados de prisão da Justiça não havia sido cumprido, sem revelar o nome. A imprensa descobriu que se tratava de Denis Nascimento Alves, o "Diego", "piloto de fuga" do assassino Jhonatan de Sousa Silva, 24 anos. Ele teria dado suporte ao matador numa moto Honda Fan 150 vermelha, placa NNH-7680.

ÚLTIMA PÁGINA

Polícia Civil vai fazer a reconstituição do assassinato do jornalista Décio Sá

POR GABRIELA SARAIVA

Um dos delegados que investigam o "Caso Décio Sá", Jeffrey de Paula Furtado, disse ontem (15) que será feita a reconstituição do crime que vitimou o jornalista, para confrontar os depoimentos do suposto pistoleiro, Jhonatan de Sousa Silva, com o *modus operandi* da ação. De acordo com o secretário Aluísio Mendes, o assassinato deverá ser reconstituído no início da próxima semana.

A reconstituição do assassinato do jornalista também foi confirmada ontem, à tarde, pelo diretor do Instituto de Criminalística do Maranhão (Icrim-MA), Carlos Henrique Roxo de Abreu, que revelou, ainda, o resultado dos exames periciais referentes ao crime.

De acordo com o diretor do Icrim, a reconstituição do crime deverá ocorrer em duas etapas, uma delas a partir do instante em que o executor chega à porta do Sistema Mirante de Comunicação e passa a aguardar o jornalista. Para garantir a máxima aproximação com tudo que aconteceu no dia do crime, a reconstituição ocorrerá no mesmo horário em que seguiram os fatos.

Conforme afirmou Carlos Henri-

que Roxo de Abreu, um forte aparato policial participará da ação e, na ocasião, a Avenida Litorânea será fechada. Além de Jhonatan, participarão desse processo policiais que farão o papel de testemunhas e de outros envolvidos na dinâmica do crime.

Carlos Henrique Roxo contou que oito peritos estarão divididos entre as tarefas de fotografar, filmar, fazer croquis (desenhos) e colher depoimentos, ao longo da reconstituição.

Constatações periciais – O Icrim divulgou, na tarde de ontem, o resultado dos exames periciais já concluídos, sobre o assassinato do jornalista Décio Sá. Segundo Carlos Henrique Roxo, a arma usada pelo matador do blogueiro foi uma pistola ponto 40, do tipo 24/7, de uso exclusivo da polícia.

O diretor do Icrim explicou que as análises do carregador (abandonado pelo assassino) e do projétil (retirado do corpo da vítima) possibilitaram a identificação da tipificação da pistola. "Existem quatro tipos de pistolas ponto 40, a PT-100, a 940, a 24/7 e a Glock. Os cartuchos e o carregador possibilitaram, de imediato excluir

à PT-100 e a Glock. Os projéteis também permitiram identificar o lote da bala, que já se sabe pertencer ou à Polícia Civil ou à Polícia Militar", detalhou Roxo.

Conforme os trabalhos realizados pelo Icrim, seis tiros atingiram a vítima, sendo cinco fatais e um de raspão no nariz. Os tiros foram efetuados com o autor posicionado por trás do jornalista, a uma distância máxima de 1,40m. "O tiro de raspão no nariz não quer dizer que a vítima tenha se virado para o executor. O mais provável é que ele tenha ocorrido em razão de os movimentos feitos por Décio, no momento em que seu corpo reagia aos choques das balas", explicou Carlos Henrique Roxo.

Os exames periciais também revelaram que dois tiros (além do que pegou de raspão) atingiram a parte de trás da cabeça da vítima. Um deles teria arrancado parte do nariz de Décio. Eles teriam sido os primeiros deflagrados pelo executor. Quando o jornalista começou a cair, os demais tiros foram efetuados, na região do seu tórax.

Segundo revelou o diretor do Icrim, se apenas um desses cinco tiros



Carlos Henrique Roxo apresentou o laudo pericial sobre a morte do jornalista: No detalhe, os projéteis retirados do corpo de Décio Sá, que seriam de uma ponto 40 24/7

atingisse o jornalista já seria suficiente para matá-lo. “O exame balístico é 100% preciso. Estamos examinando todas as armas que foram apreendidas pela polícia. Se a que foi usada no crime for encontrada, o exame confirmará isso. Ainda estamos aguardando a arma oficial do capitão Fábio, acusado de envolvimento no crime, para periciar”, detalhou o diretor do Icrim.

Além das cápsulas, do carregador, dos projéteis retirados do corpo de Décio, também foram periciados o capacete e a camisa abandonados pelo matador na sua rota de fuga. Apesar de a polícia ter declarado, durante coletiva, que o assassino também abandonou uma sandália, o Icrim não mencionou esse objeto como material de análise. “Não foi encontrado nenhum respingo de sangue na camisa do executor. Outro detalhe é que o matador perdeu de vista o carro de Décio. Com isso, ele chegou a ir até as imediações do Shopping do Automóvel e retornou. Nesse momento, Jhonatan avistou o veículo estacionado, posicionou a moto juntamente com seu comparsa, matou a vítima e fugiu”, completou Roxo.

Cerca de 300 vídeos foram coletados e analisados, entretanto em nenhum deles Jhonatan foi identificado. Computadores de Décio e de pessoas suspeitas de estarem ligadas ao crime também foram periciados pelo Icrim, além de cerca de 15 celulares, entre eles um do jornalista. “Tivemos que voltar toda às sessões de informática, de balística e o laboratório Florence para esse caso. Ao todo são cerca de 20 profissionais envolvidos diretamente nesses trabalhos”, frisou o diretor do Icrim.

Novos trabalhos – Carlos Henrique Roxo revelou que um cheque apreendido com a quadrilha envolvida na morte do jornalista Décio Sá, no valor de R\$ 6 mil, já está de posse dos peritos do Icrim. O documento, que seria de uma prefeitura e estaria com a assinatura falsificada, estava em poder de um dos acusados presos na última quarta-feira (13), cujo nome não foi revelado. “Muito antes da morte de Décio Sá, essa pessoa que foi encontrada com o cheque esteve no Icrim, encaminhado por um delegado, sob a acusação de falsificar a assinatura de outro cheque, também pertencente a uma prefeitura”, afirmou o diretor.

Agora são três os homens procurados pela polícia

POR OSWALDO VIVIANI

Na quarta-feira (13), durante a apresentação à imprensa dos suspeitos de matar e mandar executar o jornalista Décio Sá, a polícia do Maranhão informou que apenas um de oito mandados de prisão da Justiça não havia sido cumprido, sem revelar o nome. A imprensa descobriu que se tratava de Denis Nascimento Alves, conhecido também como "Diego", "piloto de fuga" do assassino Jhonatan de Sousa Silva, 24 anos. Ele teria dado suporte ao matador numa moto Honda Fan 150 vermelha, placa NNH-7680.

Ontem (15), no entanto, o secretário estadual de Segurança Pública, Aluísio Mendes, confirmou ao **Jornal Pequeno** que são três as pessoas procuradas: Denis Nascimento Alves

e dois outros suspeitos que tiveram apenas os apelidos declinados – "Balão" e "Neguinho".

Portanto, na verdade, há nove pessoas com mandados de prisão temporária (30 dias) emitidos pela Justiça:

1. Jhonatan de Sousa Silva, 24 anos (preso);

2. Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita" (capitão da PM-MA, subcomandante (já afastado) do Batalhão de Choque) (preso);

3. Gláucio Alencar Pontes Carvalho, 34 (preso);

4. José de Alencar Miranda de Carvalho, 72 (preso);

5. José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha", 38 (preso);

6. Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bucheça", 32 (preso);

7. Denis Nascimento Alves, o

"Diego" (foragido);

8. "Balão" (foragido);

9. "Neguinho" (foragido).

"Balão" seria um 'faz tudo' de "Júnior Bolinha", um dos supostos mandantes da morte do jornalista. "Neguinho" é o homem que teria apresentado o pistoleiro Jhonatan para "Júnior Bolinha".

Um dos homens presos na quinta, identificado pela polícia como Airton Martins Monroe, 24 (detido no Terminal de Integração do São Cristóvão), foi solto.

É que não se tratava do suspeito efetivamente procurado pela polícia, conhecido como "Neguinho".

Ontem, o secretário Aluísio Mendes afirmou ao **JP** que Jhonatan Silva será transferido para um presídio federal de outro estado assim que terminarem os depoimentos dos detidos.

Regina Rocha é empossada procuradora-geral de Justiça

A nova procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, foi empossada na noite de quinta-feira (14), em sessão solene do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Maranhão. Ela vai comandar a instituição no biênio 2012-2014. A cerimônia foi realizada no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, em São Luís, e contou com a presença de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de membros e servidores do MPMA.

A transferência do cargo foi acompanhada, ainda, por autoridades militares, sociedade organizada, representantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça (CNPJ). Após a assinatura do termo de posse e exercício, Regina Rocha passou a presidir a solenidade no lugar da procuradora de Justiça Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro.

Na cerimônia, o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), José Augusto Cutrim Gomes, destacou a trajetória de trabalho e comprometimento da nova procuradora-geral de Justiça com o MPMA. "O momento exige uma atuação direcionada aos resultados para que a atividade ministerial seja reconhecida pelo trabalho junto à população maranhense".

A procuradora de Justiça Maria Luiza Ribeiro Martins saudou a empossada em nome do Colégio de Procuradores. Em seu discurso, enfatizou o perfil de serenidade e experiência de Re-

gina Rocha ao longo da carreira. "Nestes tempos turbulentos, de injustiças e grandes percalços, a experiência, a maturidade, o equilíbrio, o comedimento e, sobretudo, a serenidade, constituem atributos sem os quais não se governa bem, não se decide com acerto, não se atende às expectativas dos destinatários de nossos deveres que é a sociedade maranhense", afirmou.

Compromissos – Regina Rocha declarou que assume o cargo de procuradora-geral de Justiça com o mesmo ânimo de luta e a mesma disposição que marcaram o início da carreira dela ao tomar posse como promotora de Justiça de Alcântara, em 1980. "Desde aquele primeiro momento, minha atuação sempre foi marcada pelo ímpeto de servir à sociedade e colaborar para uma melhor administração da Justiça, jamais desistindo dos desafios, apesar das inúmeras dificuldades".

A procuradora-geral de Justiça enfatizou a mudança no perfil ministerial ao longo de sua carreira no MPMA. "Percebi que sem um apoio da administração superior qualquer trabalho, por mais bem intencionado que seja tem suas chances de sucesso reduzidas. Constatei que o Ministério Público não pode permanecer como mero espectador da cena política do país, devendo interagir com outros profissionais do campo técnico-científico, aprimorando seu posicionamento sobre os mais variados temas e angariando conhecimentos para promover o acompanhamento das alterações legislativas para os direitos por nós tutelados".

DIVULGAÇÃO



**A procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha,
realiza o juramento durante a posse**

Varas da Família e de Interdição serão instaladas no novo prédio do Fórum

Nesta segunda-feira (18), a Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa dá início à mudança das Varas de Família e da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará para o novo prédio do fórum. Na última quarta-feira (13), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, reuniu-se com os juízes para conversar sobre as mudanças.

“Não há com o que se preocupar. As mudanças estão ocorrendo conforme cronograma e sendo mais rápidas. Agora os senhores ficarão muito bem instalados”, comentou o corregedor-geral durante a reunião. Já estão funcionando

no novo prédio anexo as Varas da Fazenda Pública, Criminais e as do Tribunal do Júri.

O cronograma de mudança da próxima semana ficou definido da seguinte forma: 1ª e 2ª Varas, dias 18 e 19 de junho; 3ª e 4ª Varas, 19 e 20 de junho; 5ª e 6ª Varas, dias 20 e 21 de junho; 7ª Vara e a Vara de Interdição, dias 21 e 22 de junho. Durante os dias de mudança, o atendimento ficará parcialmente suspenso nas Varas. Para atender os casos urgentes, a Diretoria do Fórum providenciou um espaço que servirá de estrutura para os dias de mudança.